

Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A.
CNPJ 01.704.513/0001-46



<

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 01 de janeiro de 2014				
(em milhares de reais)				
	Notas	31/12/2015	31/12/2014 (Reapresentado)	01/01/2014 (Reapresentado)
Ativo				
Ativo circulante		5.439.869	4.141.927	3.677.380
Disponível	–	4.819	6.227	14.364
Caixa e bancos	–	4.819	6.227	14.364
Aplicações	6	5.287.558	3.975.522	3.501.679
Créditos das operações com seguros e resseguros	–	96.212	94.560	88.155
Prêmios a receber	7	79.718	75.196	53.451
Operações com seguradoras	–	9.946	12.531	28.952
Operações com resseguradoras	8.1	6.548	6.833	5.752
Créditos das operações com previdência complementar	–	126	7.749	8
Valores a receber	–	–	7.749	8
Outros créditos operacionais	–	2.010	2.004	76
Ativos de resseguro e retrocessão	8.2	4.751	4.345	3.682
Títulos e créditos a receber	–	11.417	12.498	29.660
Títulos e créditos a receber	–	4.035	4.622	18.939
Créditos tributários e previdenciários	9.1	1.508	307	1.064
Outros créditos	16.1	5.874	7.569	9.657
Outros valores e bens	–	–	–	12
Bens a venda	–	–	–	12
Despesas antecipadas	–	1.148	1.508	3.907
Custos de aquisição diferidos	10	31.828	37.514	35.837
Seguros	–	26.813	32.274	31.266
Previdência	–	5.015	5.240	4.571
Ativo não circulante	–	742.112	1.388.612	1.410.648
Realizável a longo prazo	–	738.656	1.384.557	1.405.886
Aplicações	6	398.312	1.065.722	1.078.608
Créditos das operações com seguros e resseguros	–	1.383	407	94
Prêmios a receber	7	352	407	94
Operações com resseguradoras	8.1	1.031	–	–
Ativos de resseguro e retrocessão	8.2	1.926	1.744	1.108
Títulos e créditos a receber	–	316.516	298.929	297.933
Títulos e créditos a receber	–	–	–	–
Créditos tributários e previdenciários	9.1	120.467	111.870	126.406
Depósitos judiciais e fiscais	17.1	194.454	185.180	167.673
Outros créditos operacionais	–	1.595	1.879	3.854
Despesas antecipadas	–	183	–	4.186
Custos de aquisição diferidos	10	20.336	17.755	23.957
Seguros	–	15.977	14.145	21.146
Previdência	–	4.359	3.610	2.811
Imobilizado	–	1.499	1.957	2.281
Imóveis de uso próprio	–	560	642	725
Bens móveis	–	324	491	519
Outras imobilizações	–	615	824	1.037
Intangível	–	1.957	2.098	2.481
Outros intangíveis	–	1.957	2.098	2.481
Total do Ativo		6.181.981	5.530.539	5.088.028
Passivo				
Passivo circulante		1.490.182	1.350.223	1.271.018
Contas a pagar	–	21.445	45.581	22.760
Obrigações a pagar	11.1	7.394	11.022	6.314
Impostos e encargos sociais a recolher	–	4.997	4.338	4.636
Encargos trabalhistas	–	2.124	1.797	1.782
Impostos e contribuições	11.2	1.143	21.392	2.083
Outras contas a pagar	11.3	5.787	7.032	7.945
Débitos de operações com seguros e resseguros	–	32.831	41.635	54.107
Prêmios a restituir	–	80	773	1.691
Operações com seguradoras	–	1.449	4.245	17.617
Operações com resseguradoras	8.1	1.175	2.874	2.335
Corretores de seguros e resseguros	12	14.174	15.260	16.329
Outros débitos operacionais	–	15.953	18.483	16.135
Débitos de operações com previdência complementar	–	12.919	6.885	9.769
Débitos de resseguros	–	–	430	1.020
Outros débitos operacionais	–	12.919	6.455	8.749
Depósitos de terceiros	13	7.288	8.730	9.579
Provisões técnicas - seguros	–	579.951	504.195	476.855
Danos	14.1	2.615	2.145	2.158
Pessoas	14.1	161.268	165.948	191.028
Vida individual	14.1	72.613	65.944	70.535
Vida com cobertura de sobrevivência	14.1	343.455	270.158	213.134
Provisões técnicas - previdência complementar	14.2	822.507	729.277	678.625
Planos não bloqueados	–	353.923	319.739	300.565
PGBL/PRGP	–	468.584	409.538	378.060
Outros débitos	–	13.241	13.920	19.323
Provisões judiciais	17.2	13.241	13.920	19.323
Passivo não circulante	–	4.379.680	3.774.798	3.460.469
Contas a pagar	–	50.574	44.659	35.689
Obrigações a pagar	11.1	50.512	44.597	35.288
Outras contas a pagar	11.3	62	62	401
Débitos de operações com seguros e resseguros	–	48	29	13
Corretores de seguros e resseguros	12	48	29	13
Provisões técnicas - seguros	–	1.528.144	1.242.391	1.016.332
Pessoas	14.1	143.018	153.340	155.652
Vida individual	14.1	9.507	10.980	5.809
Vida com cobertura de sobrevivência	14.1	1.375.619	1.078.071	854.871
Provisões técnicas - previdência complementar	14.2	2.672.483	2.363.246	2.302.503
Planos não bloqueados	–	835.314	758.234	819.066
PGBL/PRGP	–	1.837.169	1.605.012	1.483.437
Outros débitos	–	128.431	124.473	105.932
Provisões judiciais	17.2	128.431	124.473	105.932
Patrimônio Líquido	–	312.119	405.518	356.541
Capital social	18.1	227.551	227.551	227.551
Reservas de lucros	–	98.377	187.311	139.595
Ajustes de avaliação patrimonial	–	(13.809)	(9.344)	(10.605)
Total do Passivo		6.181.981	5.530.539	5.088.028

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014						
(em milhares de reais, exceto onde mencionado)						
Descrição	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Total das reservas de lucros	Ajustes de títulos e valores mobiliários	Lucros (Prejuízos) acumulados
Saldos em 01/01/2014	227.551	10.640	128.955	139.595	(10.605)	–
Dividendos complementares - R\$0,6216 por ação	–	–	(18.417)	(18.417)	–	(18.417)
Resultado líquido do exercício	–	–	–	–	–	87.715
Proposta da destinação do lucro:						
Reserva Legal	–	4.386	–	4.386	–	(4.386)
Reserva Estatutária	–	–	61.747	61.747	–	(61.747)
Dividendos						
Dividendos antecipados - R\$0,5596 por ação	–	–	–	–	–	(16.582)
Juros sobre o capital próprio R\$0,1687 por ação	–	–	–	–	–	(5.000)
Títulos e valores mobiliários	–	–	–	–	1.261	–
Saldos em 31/12/2014	227.551	15.026	172.285	187.311	(9.344)	–
Dividendos intercalares - R\$2,6999 por ação conforme AGE de 10/04/2015	–	–	(80.000)	(80.000)	–	(80.000)
Dividendos intercalares - R\$0,3268 por ação conforme RCA de 30/09/2015	–	–	(9.682)	(9.682)	–	(9.682)
Resultado líquido do exercício	–	–	–	–	–	14.966
Proposta da destinação do lucro:						
Reserva Legal	–	748	–	748	–	(748)
Dividendos						
Dividendos obrigatórios antecipados - R\$0,1200 por ação - conforme RCA de 30/09/2015	–	–	–	–	–	(3.555)
Dividendos adicionais antecipados - R\$0,3599 por ação conforme RCA de 30/09/2015	–	–	–	–	–	(10.663)
Títulos e valores mobiliários	–	–	–	–	(4.465)	–
Saldos em 31/12/2015	227.551	15.774	82.603	98.377	(13.809)	–

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014					
(em milhares de reais)					
Descrição	2015	2014 (Reapresentado)	Descrição	2015	2014 (Reapresentado)
Atividades operacionais			Outros passivos	(8.944)	2.682
Lucro líquido do período	14.966	87.715	Caixa gerado/(consumido) pelas operações		
Ajustes para:			Imposto sobre o lucro pagos	(32.436)	(21.965)
Depreciação e amortizações	1.153	1.549	Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	107.767	30.936
Ganho na alienação de imobilizado e intangível	(59)	—	Atividades de investimento		
Outros ajustes	14.099	7.649	Recebimento pela venda:		
Variação nas contas patrimoniais:			Imobilizado	113	—
Ativos financeiros	(649.090)	(458.848)	Pagamento pela compra:		
Créditos das operações de seguros e resseguros	(2.588)	(8.304)	Imobilizado	(4)	(682)
Créditos das operações de previdência complementar	7.623	(7.741)	Intangível	(570)	(3.347)
Ativos de resseguro	(588)	(1.299)	Caixa líquido (consumido) nas atividades de investimento	(461)	(4.029)
Despesas antecipadas	177	6.585	Atividades de financiamento		
Custos de aquisição diferidos	3.105	4.525	Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	(108.150)	(34.999)
Outros ativos	(11.387)	27.069	Outros	(564)	(45)
Outras contas a pagar	11.953	41.121	Caixa líquido (consumido) nas atividades de financiamento	(108.714)	(35.044)
Débitos de operações com seguros e resseguros	(8.785)	(10.863)	Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(1.408)	(8.137)
Débitos de operações com previdência complementar	6.034	(2.884)	Caixa e equivalentes de caixa no início do período	6.227	14.364
Depósitos de terceiros	(1.442)	(849)	Caixa e equivalentes de caixa no final do período	4.819	6.227
Provisões técnicas - seguros e resseguros	361.509	253.399			
Provisões técnicas - previdência complementar	402.467	111.395			

continuação

Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. | CNPJ 01.704.513/0001-46

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 01/01/2014. (em milhares de reais, exceto onde mencionado)

1. Contexto operacional: A SUL AMÉRICA SEGUROS DE PESSOAS E PREVIDÊNCIA S.A. (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro, na Rua Beatriz Larragoiti Lucas, nº 121 parte, no bairro Cidade Nova, autorizada a operar em todo o território nacional pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) com seguros de pessoas e planos de previdência privada aberta e que tem como acionista, a Sul América Companhia de Seguro Saúde (CIA. SAUDE) que detêm 100% de participação. A Sul América S.A.,(SASA), controladora indireta da Companhia, tem como principal acionista a Sulasapar Participações S.A. (SULASAPAR), com 50,90% de ações ordinárias, 0,01% de ações preferenciais e 25,69% de participação total. A SASA é uma Companhia de capital aberto e publicou em 25/02/2016 no jornal Valor Econômico e Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31/12/2015, elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). Nessas demonstrações financeiras, o termo “SulAmérica” é usado para tratar o conjunto de empresas formado pela SASA e suas controladas, o qual a Companhia faz parte. O balanço patrimonial em 01/01/2014 e as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31/12/2014 foram auditadas pela KPMG Auditores Independentes e as demonstrações financeiras de 31/12/2015 foram auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes. **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** **2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas pelo Brasil, aplicáveis a entidades supervisionadas pela SUSEP, e incluem as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), pela SUSEP e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que já tenham sido referendados pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517, emitida em 30/07/2015. Como parte de uma revisão na política de divulgação do grupo, a Companhia passou a adotar a demonstração de fluxo de caixa pelo método indireto. O Conselho de Administração manifestou-se favoravelmente a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 23/02/2016. **2.2. Reapresentação: Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD):** A Companhia contabilizava no balanço patrimonial a PCLD para seguros, cosseguos, resseguros, IOF e comissão pelo valor líquido. Com o objetivo de melhor apresentar aos usuários de suas demonstrações financeiras, a Companhia mudou sua prática contábil e passou a fazer os registros contábeis da PCLD no balanço patrimonial pelos valores brutos, mantendo a forma de contabilização pelo valor líquido no resultado. **2.2.1. Efeitos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014**

	Originalmente Publicado	Ajuste	Reapresentado
Ativo			
Circulante	4.146.505	(4.578)	4.141.927
Disponível e Aplicações	3.981.749	–	3.981.749
Caixa e bancos	6.227	–	6.227
Equivalentes de caixa	–	–	–
Créditos das operações com seguros e resseguros	99.138	(4.578)	94.560
Prêmios a receber	79.774	(4.578) (a)	75.196
Operações com seguradoras	12.531	–	12.531
Operações com resseguradoras	6.833	–	6.833
Outros	65.618	–	65.618
Ativo não circulante	1.388.612	–	1.388.612
Realizável a longo prazo	1.384.557	–	1.384.557
Imobilizável e Intangível	4.055	–	4.055
Total do ativo	5.535.117	(4.578)	5.530.539

	Originalmente Publicado	Ajuste	Reapresentado
Passivo			
Passivo circulante	1.354.801	(4.578)	1.350.223
Contas a pagar	45.645	(64)	45.581
Obrigações a pagar	11.022	–	11.022
Impostos e encargos sociais a recolher	4.402	(64) (a)	4.338
Encargos trabalhistas	1.797	–	1.797
Impostos e contribuições	21.392	–	21.392
Outras contas a pagar	7.032	–	7.032
Débitos de operações com seguros e resseguros	46.149	(4.514)	41.635
Prêmios a restituir	773	–	773
Operações com seguradoras	4.245	–	4.245
Operações com resseguradoras	2.874	–	2.874
Corretores de seguros e resseguros	19.774	(4.514) (a)	15.260
Outros débitos operacionais	18.483	–	18.483
Outros	1.263.007	–	1.263.007
Passivo não circulante	3.774.798	–	3.774.798
Patrimônio líquido	405.518	–	405.518
Total do passivo	5.535.117	(4.578)	5.530.539

2.2.2. Efeitos no balanço patrimonial em 01 de janeiro de 2014:

	Originalmente Publicado	Ajuste	Reapresentado
Ativo			
Circulante	3.680.352	(2.972)	3.677.380
Disponível e Aplicações	3.516.043	–	3.516.043
Caixa e bancos	14.364	–	14.364
Créditos das operações com seguros e resseguros	91.127	(2.972)	88.155
Prêmios a receber	56.423	(2.972) (a)	53.451
Operações com seguradoras	28.952	–	28.952
Operações com resseguradoras	5.752	–	5.752
Outros	73.182	–	73.182
Ativo não circulante	1.410.648	–	1.410.648
Realizável a longo prazo	1.405.886	–	1.405.886
Imobilizável e Intangível	4.762	–	4.762
Total do ativo	5.091.000	(2.972)	5.088.028

	Originalmente Publicado	Ajuste	Reapresentado
Passivo			
Passivo circulante	1.273.990	(2.972)	1.271.018
Contas a pagar	22.811	(51)	22.760
Obrigações a pagar	6.314	–	6.314
Impostos e encargos sociais a recolher	4.687	(51) (a)	4.636
Encargos trabalhistas	1.782	–	1.782
Impostos e contribuições	2.083	–	2.083
Outras contas a pagar	7.945	–	7.945
Débitos de operações com seguros e resseguros	57.028	(2.921)	54.107
Prêmios a restituir	1.691	–	1.691
Operações com seguradoras	17.617	–	17.617
Operações com resseguradoras	2.335	–	2.335
Corretores de seguros e resseguros	19.250	(2.921) (a)	16.329
Outros débitos operacionais	16.135	–	16.135
Outros	1.194.151	–	1.194.151
Passivo não circulante	3.460.469	–	3.460.469
Patrimônio líquido	356.541	–	356.541
Total do passivo	5.091.000	(2.972)	5.088.028

(a) A redução ao valor recuperável é analisada com base nos prêmios vencidos e a vencer de riscos decorridos, líquidos de comissão, Impostos sobre Operações Financeiras (IOF), depósitos judiciais e, quando aplicáveis, cosseguo e resseguo. A contabilização é feita no balanço patrimonial pelos valores brutos, e na demonstração de resultados pelos valores líquidos, refletindo a essência do resultado final de todo o processo de recebimento. A análise do risco de crédito de pessoa jurídica é efetuada com base em tabela de pontuação (classificação de riscos) de probabilidade de perda, e para pessoa física é efetuada com base no percentual histórico de recuperação de prêmios vencidos. Os prêmios de risco a decorrer são normalmente cancelados após 32 e 60 dias de inadimplência, dependendo do ramo de seguro. **2.3. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais pelo valor justo: • Instrumentos financeiros derivativos (nota 5); • Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (nota 6); e • Instrumentos financeiros disponíveis para venda (nota 6). **2.4. Moeda funcional e de apresentação:** Nas demonstrações financeiras, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **3. Principais práticas contábeis:** As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. **3.1. Resumo das práticas contábeis:** As práticas contábeis mais relevantes adotadas são: **3.1.1. Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera: • Prêmios de seguros e coberturas de risco de previdência, são reconhecidos pelo período de vigência das apólices. Prêmios de seguros relativos a riscos vigentes cujas apólices ainda não foram emitidas, são reconhecidos com base em estimativas atuariais que levam em consideração a experiência histórica; • Contribuições para planos de previdência e os prêmios de seguros de vida com cobertura de sobrevivência (VGBL) são

reconhecidas quando ocorre o efetivo recebimento. Os direitos dos participantes dos referidos planos estão refletidos mediante constituição de provisões técnicas em contrapartida no resultado do exercício; • Comissões de seguro e agenciamentos de seguros, registrados são como custos de aquisição diferidos amortizados com base no prazo de vigência dos contratos de seguros (majoritariamente 12 meses) exceto os agenciamentos referentes aos produtos de previdência que são amortizados pelo prazo médio de permanência dos segurados na carteira (no máximo 40 meses). Comissões relativas a riscos vigentes, cujas apólices/faturas ainda não foram emitidas, são estimadas com base em cálculos atuariais que levam em consideração a experiência histórica; • Esses custos de aquisição são inicialmente diferidos na rubrica “Custos de aquisição diferidos” no ativo circulante e não circulante e amortizados no resultado do exercício na rubrica “Custos de aquisição”; e • Sinistros compreendendo as indenizações e despesas estimadas a incorrer com a regulação dos sinistros, tanto aquelas diretamente alocáveis individualmente (Allocated Loss Adjustment Expenses - ALAE), quanto outras despesas relacionadas mas não diretamente alocáveis (Unallocated Loss Adjustment Expenses - ULAE). **3.1.2. Balanço patrimonial:** • Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente; • Os ativos e passivos sujeitos a atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contrato; e • Os créditos tributários não são ajustados a valor presente. **3.2. Instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros são classificados e mensurados, conforme descritos a seguir: **3.2.1. Mensurados ao valor justo por meio do resultado: Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. **Derivativos:** São classificados no ativo ou passivo circulante como, respectivamente, “Títulos e créditos a receber” ou “Outras contas a pagar”, sendo compostos por contratos futuros. **3.2.2. Disponíveis para a venda:** Os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias “mensurados ao valor justo por meio do resultado”, “empréstimos e recebíveis” ou “mantidos até o vencimento” são classificados como “disponíveis para venda” e contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no exercício, que são reconhecidos no resultado e ajustados aos correspondentes valores justos. As valorizações e desvalorizações não realizadas financeiramente são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos correspondentes efeitos tributários e, quando realizadas ou quando há redução ao valor recuperável, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido. **3.2.3. Mantidos até o vencimento:** Os títulos e valores mobiliários para os quais a Companhia possui a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento são contabilizados pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos no exercício, que são reconhecidos no resultado. **3.2.4. Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por prêmios a receber e demais contas a receber, mensurados inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável. **3.3. Depósitos judiciais e fiscais:** Os depósitos judiciais e fiscais são classificados no ativo não circulante e as atualizações monetárias sobre esse ativo são reconhecidas no resultado. **3.4. Redução ao valor recuperável: Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado tem seu valor recuperável avaliado sempre que apresenta indícios de perda. Já um ativo financeiro mensurado a valor justo tem perda após o reconhecimento inicial do ativo se apresentar efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados, estimados de maneira confiável, tais como: desvalorização significativa ou prolongada reconhecida publicamente pelo mercado, descontinuidade da operação da atividade em que a Companhia investiu, tendências históricas da probabilidade de inadimplência, entre outros. **Ativos não financeiros:** Os saldos contábeis dos ativos não financeiros, incluindo ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, são revisados no mínimo anualmente para apurar se há indicação de redução ao valor recuperável. A redução ao valor recuperável de ativos é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. **3.5. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As provisões para imposto de renda e para contribuição social corrente e diferidos são constituídas pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras. O reconhecimento de imposto de renda e de contribuição social diferidos no ativo é estabelecido levando-se em consideração as expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até 8 anos. Para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando a Companhia tem direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos, e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária. **3.6. Provisões técnicas de contratos de seguros, resseguros e previdência:** As provisões técnicas são constituídas de acordo com a regulamentação estabelecida pela SUSEP, conforme a seguir: **3.6.1. Provisões para Prêmios Não Ganhos (PPNG):** Para os contratos de cobertura de risco de previdência e seguros de pessoas, a PPNG é constituída pelo método por rata die, tendo como base os prêmios ou contribuições comerciais, multiplicados pelo período de vigência a decorrer e divididos pelo prazo total de vigência do risco. **3.6.2. Provisão para Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes mas Não Emitidos (PPNG-RVNE):** Para os contratos de cobertura de risco de previdência e seguros de pessoas, a PPNG-RVNE é constituída para apurar a parcela de prêmios ainda não ganhos, relativa às apólices ainda não emitidas, cujos riscos já estão vigentes. É obtida a partir da multiplicação do prêmio mensal retido pelo fator esperado de atraso calculado semestralmente com base na média ponderada histórica entre a PPNG referente aos riscos emitidos após o início de vigência e o prêmio retido. **3.6.3. Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL): Processos administrativos:** A PSL é constituída para a cobertura dos valores a pagar por sinistros já avisados até a data-base das demonstrações financeiras, compreendendo o valor dos sinistros avisados. Após calculada a PSL em bases individuais, por sinistro avisado, é registrado um valor adicional calculado com base na estimativa total de sinistros, metodologia conhecida como IBNP. Depois de apurado, o valor do ajuste é classificado proporcionalmente, parte como PSL e parte como Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (Incurred But Not Reported - IBNR). O IBNR é calculado conforme descrito na nota 3.6.4.: **Processos judiciais:** As provisões de sinistros a liquidar relacionadas a processos judiciais são estimadas e contabilizadas com base na opinião do Departamento Jurídico interno, dos consultores legais independentes e da Administração, considerando a respectiva estimativa de perda. No caso de processos judiciais de massa, a provisão de sinistros a liquidar leva em consideração fatores calculados por probabilidade de perda, a partir da relação dos valores despendidos com processos encerrados nos últimos meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. Para os processos judiciais de características singulares e relevantes, a PSL Judicial corresponde a 110% da estimativa de perda para os casos com probabilidade de perda provável. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e juros de 9,36% ao ano, baseado no histórico de pagamentos de juros observados. As provisões e os honorários de sucumbência referentes às causas de natureza cível relacionadas às indenizações contratuais de sinistros estão contabilizadas na rubrica “Provisões técnicas - seguros”, no passivo circulante e no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica “Depósitos judiciais e fiscais” no ativo não circulante, e podem ser atualizados monetariamente pela Taxa Referencial (TR) ou Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) e juros de 6% ao ano, conforme legislação vigente. **3.6.4. Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR): Processos administrativos:** A IBNR é constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data-base das demonstrações financeiras. Para o ramo de seguro de pessoas, exceto para os contratos de seguros de vida individual por regime de capitalização e benefícios de risco de previdência complementar, é constituída com base na estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não avisados. A IBNR é calculada a partir de métodos estatístico-atuariais, conhecidos como triângulos de run-off, que consideram o desenvolvimento mensal histórico dos avisos de sinistros para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência. O desenvolvimento é apurado por montante de sinistros, sendo observado um histórico de 140 meses. Ao montante calculado, é registrado um valor adicional referente à estimativa de desenvolvimento dos sinistros após o aviso com base na metodologia conhecida como IBNP, que considera a estimativa total de sinistro obtida por métodos estatístico-atuariais similares ao IBNR. **Processos judiciais:** A IBNR referente às demandas judiciais é constituída para dar cobertura aos sinistros ocorridos e ainda não citados que, com base na experiência histórica, geram desembolsos financeiros na esfera judicial. A provisão independe do fato desses sinistros terem sido negados com embasamento técnico pelas controladas, ou ainda, não terem sido avisados em função do segurado ou terceiro ter decidido entrar diretamente na justiça sem antes pleitear a indenização junto à Companhia. Para os ramos de pessoas a provisão de IBNR judicial é calculada com base no método conhecido como triângulos de run-off, considerando o desenvolvimento semestral histórico das citações dos sinistros judiciais para estabelecer uma projeção futura para cada período de ocorrência. Tal desenvolvimento é realizado por quantidade de sinistros, sendo posteriormente multiplicado pelo valor médio de sinistro. **3.6.5. Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBAC):** A PMBAC é relativa aos contratos de previdência complementar, seguros de vida com cobertura por sobrevivência e de seguros de vida individual no regime de capitalização, abrangendo os compromissos assumidos com os participantes/segurados enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício. A PMBAC é calculada com base nas movimentações financeiras de cada participante. A alocação contábil no passivo circulante e não circulante tem como base o fluxo de caixa projetado de benefícios a pagar para os próximos exercícios, que considera premissas atuariais, tais como tabela de mortalidade, taxas de cancelamento e idade de entrada em aposentadoria. **3.6.6. Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBG):** A PMBG é relativa aos contratos de previdência complementar e seguros de vida com cobertura por sobrevivência e corresponde ao valor dos benefícios cujo evento gerador tenha ocorrido e tenha sido avisado. É calculada com base na expectativa de benefícios futuros, descontada pela taxa de juros dos contratos para a data-base das demonstrações financeiras e estimada a partir das garantias contratadas de tabela de mortalidade. **3.6.7. Provisão para Despesas Relacionadas (PDR):** A PDR é constituída mensalmente para a cobertura de despesas relacionadas

ao pagamento de indenizações ou benefícios, abrangendo tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro (ALAE) quanto às despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada (ULAE). A ULAE refere-se a despesas relativas à gestão da regulação de sinistros que ainda estão em fase de análise técnica, mas que não são alocados a cada sinistro individualmente. É apurada a partir do custo unitário, com base no histórico de despesas, aplicada à quantidade de sinistros pendentes na PSL e na quantidade estimada de sinistros IBNR. Para os planos estruturados no regime financeiro de capitalização, a PDR cobre despesas decorrentes de pagamento de benefícios futuros em função de eventos ocorridos e a ocorrer para os contratos de previdência complementar. O cálculo da PDR consiste em projetar o fluxo de pagamentos esperados, descontado para a data-base das demonstrações financeiras, incluindo premissas de persistência média dos participantes na carteira, utilização da tabela de sobrevivência BR-EMS e de entrada em fase de concessão de benefícios. Para os planos estruturados no regime financeiro de repartição simples e repartição de capitais de cobertura, a PDR abrange as despesas relativas somente aos sinistros ocorridos, tendo em vista que a parcela referente aos sinistros a ocorrer já estão contempladas na PPNG. **3.7. Teste de adequação de passivos (Liability Adequacy Test - LAT):** A adequação dos passivos registrados em cada data de divulgação das demonstrações financeiras é avaliada através de um teste mínimo de adequação. Esse teste deve ser realizado utilizando-se premissas atuariais realistas para os fluxos de caixa futuros. Estas estimativas correntes dos fluxos de caixa consideram todos os riscos assumidos até a data-base do teste, brutas de resseguro. Os fluxos de caixa dos prêmios e contribuições futuras são segregados dos fluxos de caixa relacionados a prêmios e contribuições registradas, não havendo compensação, no resultado do teste, entre os dois fluxos. O resultado do teste é apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e o saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente ligados às provisões técnicas. As despesas de manutenção diretamente relacionadas com a operação são consideradas nas premissas. O resultado mensal do fluxo de caixa realista é trazido a valor presente com base na Estrutura a Termo de Taxa de Juros - ETTJ livre de risco prefixada. Para os contratos de previdência, utiliza-se a tabela BR-EMS para a estimativa realista de sobrevivência e para as estimativas de conversão em renda vitalícia, cancelamento e resgate foram utilizados dados de 3 anos de experiência da Companhia. Os fluxos dos passivos levam em consideração a tabela e a taxa de juros contratada pelo participante. Os produtos avaliados no LAT possuem tábuas contratuais AT-49, AT-83, AT 2000 e BR-EMS, e as taxas de juros contratadas podem variar de 0% a 6% para os produtos tradicionais e 0% a 5% para os produtos PGBL e VGBL. Os fluxos de caixa referentes à Provisão Matemática de Benefícios a Conceder e Provisão Matemática de Benefícios Concedidos relacionados a contribuições registradas, são descontados a valor presente com base na ETTJ, e deduzidos da diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos ativos garantidores das provisões técnicas, classificados como mantidos até o vencimento (as taxas contratadas dos ativos garantidores referentes às provisões matemáticas de previdência variam de 7,59% a 8,68%). Destacamos ainda que eventuais déficits na Provisão Matemática de Benefícios Concedidos e a Conceder não são compensados. A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) referente ao resultado do LAT relacionado com a Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBG) é de R\$ 33.678 (R\$23.151 em 2014). Para alguns contratos de seguro de vida com a figura de estipulante e sem reenquadramento de prêmios por faixa etária atingida, os fluxos de caixa dos sinistros e despesas futuras deduzidos dos correspondentes prêmios futuros são descontados a valor presente com base na ETTJ livre de risco. O cálculo resulta em constituição de Provisão Complementar de Cobertura (PCC), em 31/12/2015, o saldo da PCC é de R\$47.105 (R\$48.000 em 2014). Para os contratos de seguros de vida individual em regime financeiro de capitalização, os fluxos de caixa dos sinistros e despesas futuras são descontados a valor presente com base na ETTJ livre de risco. Os prêmios futuros não são deduzidos do fluxo uma vez que essa carteira está remida. O cálculo resulta na constituição de Provisão Complementar de Cobertura (PCC), em 31/12/2015, o saldo da PCC é de R\$4.839 (R\$6.633 em 2014). Para as demais operações de seguros também é realizado o teste de adequação de passivos, que aponta a adequação das provisões, e portanto não há necessidade de constituição da PCC. **3.8. Provisões para ações judiciais:** **3.8.1. Cíveis e trabalhistas:** A Companhia constitui provisões para suprir desembolsos futuros oriundos de processos judiciais cíveis e trabalhistas. Os valores são constituídos a partir de análise individualizada do valor estimado de perda e da classificação do grau de risco (provável, possível ou remoto), realizada pelo Departamento Jurídico interno, pelos consultores legais independentes e pela Administração da Companhia. No caso dos processos judiciais cíveis, cujas causas são consideradas semelhantes e usuais, isto é, aqueles processos judiciais cujo autor é cliente da Companhia e cuja causa de pedir é recorrente e relacionada ao negócio, adicionalmente à avaliação individual do grau de risco, os valores de provisão são constituídos tendo como base a aplicação de percentuais estatísticos calculados a partir da análise dos valores despendidos com os processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. O cálculo leva em consideração, ainda, a natureza dos processos, o respectivo grau de risco, o desembolso financeiro e o grupamento do ramo do seguro envolvido, quando aplicável. As regras de provisionamento acima também se aplicam aos processos judiciais trabalhistas, cujo autor é ex-empregado ou ex-prestador de serviços da Companhia. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e atualizadas pelo IPCA e juros de 9,36% ao ano nos processos cíveis e pela TR e juros de 9,36% ao ano nos processos trabalhistas. As provisões para processos judiciais estão contabilizadas no passivo circulante e não circulante nas rubricas “Provisões judiciais”. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados no ativo não circulante na rubrica “Depósitos judiciais e fiscais” e são atualizados monetariamente pela TR e juros de 6% ao ano, para os depósitos judiciais cíveis e trabalhistas, e taxa SELIC para os depósitos previdenciários, conforme legislação vigente. **3.8.2. Fiscais:** As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas mensalmente e atualizadas pela SELIC, conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões dos advogados patrocinadores das causas e da Administração sobre o prognóstico dos processos judiciais. As provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado. Os valores referentes aos questionamentos relativos à ilegalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal são provisionados independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito e, por isso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, na rubrica “Obrigações a pagar”, no passivo não circulante. Os valores relativos às demais obrigações presentes em que seja provável a saída de recursos estão contabilizados na rubrica “Provisões judiciais”, no passivo circulante e não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica “Depósitos judiciais e fiscais”, no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela SELIC, conforme legislação vigente. **3.9. Benefícios pós-emprego:** Os benefícios compreendem o Plano de Contribuição Definida, por intermédio do Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL), Seguro Saúde e Seguro de Vida. Os custos com o PGBL são reconhecidos nos resultados pelo valor das contribuições efetuadas. Os compromissos com seguro saúde e seguro de vida são provisionados pelo regime de competência, com base em cálculos atuariais, de acordo com o Método da Unidade de Crédito Projetada e outras premissas atuariais. **3.10. Incentivo em ações:** A Companhia concede incentivos em ações da SASA a seus administradores. Inicialmente o plano foi precificado com base no modelo Black-Scholes para as opções simples, para os programas de 2008 a 2010, e no modelo binominal para as opções simples emitidas nos programas de 2011 e 2012. Atualmente ainda existem opções em aberto dos programas de 2010 a 2012. A partir de 2013, o plano foi reformulado e passou a ter somente outorga de incentivos de ações bonificadas. Neste atual plano de incentivos em ações, o executivo adquire uma quantidade de ações em tesouraria da Companhia, com direito a bonificação. Tanto as ações adquiridas quanto as bonificações de ações possuem carência, sendo 33% com carência de 3 anos, 33% com carência de 4 anos e o restante com carência de 5 anos. O valor justo do plano é reconhecido pela Companhia a partir da data de outorga, na rubrica “Despesas administrativas”, com um correspondente lançamento na rubrica “Outras contas a pagar”. Periodicamente, a Companhia reembolsa à SASA pelos incentivos em ações dados a seus executivos (vide nota 15.2). **3.11. Dividendos:** Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. O Conselho de Administração, ao aprovar as demonstrações financeiras anuais, apresenta à Assembleia Geral a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais. **3.12. Contratos de seguro:** O CPC 11 define as características que um contrato deve atender para ser definido como um “contrato de seguro”. A Administração analisou seus negócios para determinar quais de suas operações caracterizam-se como “contrato de seguro”. Nessa análise, foram considerados os preceitos contidos no CPC 11. **3.13. Estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas aprovadas pela SUSEP, que incluem normas emitidas pelo CPC, requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o registro dos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos passivos relacionados a sinistros, provisões técnicas, ao prazo de diferimento de certos custos de aquisição, à probabilidade de êxito nas ações judiciais e ao valor do desembolso provável refletido na provisão para ações judiciais, e da apuração do valor justo dos instrumentos financeiros e demais saldos sujeitos a esta avaliação. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que porventura surjam são efetuados no resultado do exercício em que as revisões ocorrem. Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas: • Valor justo das aplicações financeiras mensuradas a valor justo através do resultado e disponíveis para a venda (nota 6); • Movimentação de créditos e débitos tributários (nota 9.3); • Movimentação dos custos de aquisição diferidos (nota 10); • Provisão de

Descrição	2014									
	Sem venci- mento	Mais de 01 Até ano	Mais de 01 ano e até 02 anos	Mais de 02 anos e até 05 anos	Mais de 05 anos e até 10 anos	Mais de 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho ou (perda)	Valor contábil
Instrumentos Financeiros										
Equivalente de caixa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplicações Financeiras	45.159	112.344	43.917	338.522	394.429	763.943	1.698.314	1.837.414	139.100	1.682.525
Valor justo por meio do resultado	45.063	47.494	817	92.102	18.572	-	204.048	203.929	(119)	203.929
Disponível para venda	96	11.402	43.100	158.462	150.639	11.430	375.129	359.459	(15.670)	359.459
Mantido até o vencimento	-	53.448	-	87.958	225.218	752.513	1.119.137	1.274.026	154.889	1.119.137
Seguros e resseguros										
Provisões técnicas	- 549.692	91.206	217.369	231.115	328.605	-	-	-	56.610	1.474.597
Ativos de resseguros	- 4.345	417	929	398	-	-	-	-	-	6.089
Passivos										
Seguros (a)	218.926	35.430	58.842	20.448	1	-	-	-	50.460	384.107
Previdência (b)	335.111	56.193	159.456	211.065	328.604	-	-	-	6.150	1.096.579

(a) Em 31/12/2015,há na coluna “Outras”, principalmente R\$48.083 de Outras Provisões Técnicas (R\$50.460 em 2014). (b) Em 31/12/2015,há na coluna “Outras”, principalmente R\$8.838 de Outras Provisões Técnicas (R\$6.150 em 2014).

O critério utilizado na apresentação dos instrumentos financeiros utilizado na tabela por idade foi pela data de vencimento destes ativos. No entanto, alguns instrumentos financeiros possuem liquidez imediata apesar de estarem distribuídos pelas diversas faixas da tabela em função do seu vencimento, sendo na sua totalidade suficientes para honrar as obrigações nas datas previstas. **4.4. Riscos de crédito:** Os riscos de crédito estão relacionados com a possibilidade de devedores deixarem de cumprir um contrato ou deixarem de cumpri-los nos termos em que foi acordado. Estes riscos poderiam se materializar e afetar significativamente os resultados da SulAmérica caso os emissores de créditos privados não honrem com os pagamentos nas datas previstas ou os resseguradores com quais a Companhia opera não honrem os contratos para pagamentos dos sinistros ressegurados. Em relação ao monitoramento da inadimplência de seus segurados e parceiros comerciais, a Companhia realiza redução ao valor recuperável dos prêmios a receber de acordo com as melhores práticas e legislação vigente (ver informação adicional na nota 8.2).

4.4.1. Investimentos privados: A SulAmérica considera em sua Política de Investimentos limites específicos para contratação de crédito privado, além da estrutura de um Comitê de Crédito que avalia o risco de cada emissor previamente às contratações segundo uma metodologia própria. As tabelas a seguir apresentam a classificação dos investimentos por categoria de risco, totalizando em 2015 um percentual de 99,7% (99,9% em 2014) alocados em títulos do governo (risco soberano) ou em ativos de maior categoria de risco possível (classe AAA), segundo as agências classificadoras Fitch, S&P e Moody's.

Descrição	2015	2014
	Valor	Valor
Renda fixa pública “risco soberano”	1.552.622	1.587.419
AAA	103.771	93.392
AA+ até AA-	3.531	-
Outros	1.914	1.714
Total	1.661.838	1.682.525

4.4.2. Contratos de resseguro: Para as contratações de resseguro, a SulAmérica possui política específica aprovada pelo Comitê de Riscos e monitorada pela área de Gestão de Riscos Corporativos, que estabelece um fluxo efetivo para a contratação, baseada em aprovações finais do CoR. Como exigências, a política engloba critérios de habilitação dos corretores, definições de limites de risco de crédito com base nas categorias de riscos das resseguradoras e outras demais exigências quanto à rigidez de prazos no fluxo de contratação e critérios de concentração e colocação. O processo de habilitação dos corretores segue critérios que buscam avaliar diferentes visões dos contratados baseando-se nas seguintes avaliações: • Habilitação jurídica; • Qualificação da estrutura de compliance e sustentabilidade empresarial; • Qualificação de risco de crédito; e • Experiência passada da operacionalização dos contratos de resseguro pela corretora. Além das exigências definidas pela legislação vigente para a colocação de riscos de resseguro, com o objetivo de controlar internamente a exposição ao risco de crédito, a SulAmérica estabelece limites de exposição de crédito com base nas classificações de categoria de risco de cada ressegurador, garantindo assim um baixo risco de crédito em contratos de resseguro. Estes limites foram definidos visando tanto a definição da exposição por classe de categoria de risco quanto a exposição individual com cada Ressegurador, de modo que estes são determinados através da definição de classes internas específicas para Resseguradores locais e Resseguradores eventuais e admitidos. Estas classes foram definidas com base em equivalências geradas a partir das tabelas de categoria de risco fornecidas pelas agências Fitch, S&P, Moody's e A.M Best. As tabelas abaixo apresentam a exposição com os Resseguradores por categoria de categoria de risco e linha de negócio. Tendo em vista a política de colocação de resseguro acima descrita, a SulAmérica limita suas colocações em Resseguradores que têm nas categorias de riscos superiores ou iguais a A- e AA- respectivamente para Resseguradores eventuais ou admitidas e locais. Eventuais colocações que não sigam estas exigências devem ser aprovadas diretamente pelo CoR.

Ramos	2015	2014
Vida em grupo	23.192	16.990
Pessoas demais	4.179	2.024
Previdência	-	1.105
Total	27.371	20.119

Classe	Categoria de risco	2015		2014	
		Exposição	%	Exposição	%
Local	A-	23.191	84,7%	16.642	82,7%
Local	AA-	—	0,0%	3.397	16,9%
Local	Abaixo de A	1.672	6,1%	—	0,0%
Eventual	AA-	—	0,0%	80	0,4%
Admitido	AA-	2.508	9,2%	—	0,0%
		27.371	100%	20.119	100%

Ressegurador local: Ressegurador sediado no país, constituído sob a forma de sociedade anônima, que tenha por objeto exclusivo a realização de operações de resseguro e retrocessão. **• Ressegurador admitido:** Ressegurador sediado no exterior, com escritório de representação no país, que, atendendo às exigências previstas na Legislação em vigor, aplicáveis à atividade de resseguro e retrocessão, tenha sido cadastrado como tal na SUSEP, para realizar operações de resseguro e retrocessão. **• Ressegurador eventual:** Empresa resseguradora estrangeira sediada no exterior, sem escritório de representação no país, que, atendendo a Legislação em vigor, aplicáveis à atividade de resseguro e retrocessão, tenha sido cadastrada como tal na SUSEP, para realizar operações de resseguro e retrocessão. Em 31/12/2015, há R\$ 2.713 (R\$4.856 em 2014) em exposição com resseguradores referente a sinistros judiciais não ordinários (casos especiais) com probabilidade de êxito “possível”. **4.5. Riscos operacionais:** O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou eventos externos que possam causar danos à Companhia. O gerenciamento do risco operacional é um processo de aprimoramento contínuo, de maneira a acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade deste processo. Dessa forma, a gestão dos riscos operacionais é realizada em linha com o processo de ERM da Companhia com foco na identificação, avaliação e resposta aos riscos que violem o apetite a risco definidos pelo Conselho. O processo de identificação dos riscos é realizado através do mapeamento dos processos organizacionais. Após o mapeamento de cada processo são identificados os riscos operacionais associados a cada um dos processos. Tais riscos são quantificados através de metodologia específica gerando planos de ação nos casos em que a Companhia julgue necessário. **4.6. Riscos legais e compliance:** Consistem nos riscos de perdas resultantes do não cumprimento de leis e/ou regulamentações. O risco legal pode ser decorrente de multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais. **4.6.1. Gestão dos riscos legais:** Com uma visão corporativa, o departamento jurídico da organização, junto com seus prestadores de serviço, realiza a revisão em todos os contratos firmados pela Companhia a fim de mitigar o risco legal de contratos, além de fornecer todo o subsídio para os processos judiciais da organização. A área jurídica atua também contribuindo com projetos para melhoria de gestão das causas judiciais além de sugestões de como evitar riscos legais nas operações. Adicionalmente a área atuarial utiliza uma metodologia específica de experiência de pagamento para o cálculo da provisão judicial baseada na relação histórica observada entre o custo do processo encerrado e as estimativas dos advogados para o valor a ser pago se perdêssemos a causa (exposição ao risco). Esta metodologia tem por objetivo cobrir os custos com processos nos quais a SulAmérica é ré ou denunciada desde a data do cadastro do processo judicial no sistema da Companhia até o efetivo pagamento. A evolução da provisão de sinistros

judiciais pode ser observada na nota 4.2.2. **4.6.2. Gestão dos riscos de compliance:** A Companhia possui uma estrutura de compliance, a fim de adequar as suas atividades às determinações dos órgãos regulamentadores e fiscalizadores, através de uma sólida cultura de controles internos, elevados padrões de integridade e excelência ética e aderência à legislação. O objetivo desta estrutura é agir com imparcialidade na gestão e monitoramento do risco de compliance, contribuindo para o cumprimento das leis e regulamentações aplicáveis ao negócio, por meio da conscientização de uma conduta de negócio que seja legal, ética e transparente, que favoreça os interesses de empregados, clientes, acionistas e parceiros, que previna e detecte violações de leis e regulamentações através da identificação e gestão do risco de compliance e que facilite defender as posições relativas a compliance da organização perante os órgãos reguladores. Adicionalmente, a SulAmérica conta com uma área de auditoria interna responsável por planejar e coordenar os trabalhos de auditoria preventiva (operacional e sistemas). Assim como, certificar a existência de adequados controles internos operacionais e sistêmicos que permitem a identificação e gerenciamento dos riscos presentes no cotidiano da SulAmérica, bem como a aderência às normas e à legislação em vigor. **4.7. Gestão de capital:** A Companhia apura mensalmente a suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) em relação ao capital regulatório requerido. Durante os anos de 2015 e 2014, o PLA da Companhia foi sempre suficiente em relação ao capital mínimo requerido pelos reguladores. Adicionalmente, a SulAmérica possui modelos internos próprios para apuração do capital econômico para cada

Descrição	Vencimento	Valor dereferência (nocial)		Valor justo		Valor a receber/ recebido		Valor a pagar/ pago	
		2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Contratos Futuros:									
Compromisso de Compra									
Taxa de Juros em Reais	2016/2025	1.305.700	704.400	443.800	380.020	856	—	—	2.232
Moeda Estrangeira	2016	167.099	111.388	167.099	111.388	3.203	—	—	2.328
Índices	2016	11.449	26.998	11.449	26.998	60	365	—	—
Compromisso de Venda									
Taxa de Juros em Reais	2016/2025	99.400	892.400	68.618	720.421	—	896	58	—
Índices	2016	702	—	702	—	4	—	—	—

5.1. Critérios de determinação do valor justo: O critério para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é a metodologia de fluxo de caixa descontado utilizando-se as taxas divulgadas pela Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA). **5.2. Margens dadas em garantia:** Em 31/12/2015 e 2014, as margens dadas em garantia das operações de contratos futuros mantidas nos fundos de PGBL e de VGBL, e classificados como títulos e valores mobiliários mensurados ao valor justo por meio do resultado, são compostas conforme demonstradas a seguir:

Ativo	Vencimento	Quantidade	Valor
LFT	Setembro/2017	40	296
LFT	Março/2018	2.510	18.556
LFT	Setembro/2018	948	7.006
LFT	Março/2019	5.196	38.383
LFT	Março/2020	3.555	26.239
LFT	Setembro/2020	950	7.009
LFT	Março/2021	1.240	9.144
LFT	Setembro/2021	1.261	9.295
LTN	Janeiro/2017	260	223
NTN-B	Maio/2045	300	683
Total		16.260	116.834

6. Aplicações: 6.1. Composição das aplicações:

Descrição	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Mantido até o vencimento		Taxa média de juros	Total
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado / contábil	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/ contábil	Valor avaliado pela curva / contábil	Valor de mercado		
Títulos de renda fixa - privados	-	-	106.473	107.302	-	-		107.302
Debêntures								
Pós-fixado IPCA	-	-	3.881	3.531	-	-	IPCA+5,1% a.a.	3.531
Letras financeiras	-	-	102.592	103.771	-	-	110,81% CDI	103.771
Títulos de renda fixa - públicos	55.642	55.625	246.801	222.945	408.960	423.976		687.530
Letras financeiras do tesouro	55.642	55.625	54.153	54.151	-	-	SELIC	109.776
Notas do tesouro nacional								
Série B - pós-fixado IPCA	-	-	192.648	168.794	48.376	48.181	IPCA+4,59% a.a.	217.170
Série C - pós-fixado IGP-M	-	-	-	-	360.584	375.795	IGPM+7,78% a.a.	360.584
Títulos de renda variável	-	-	96	13	-	-		13
Ações								
Valor recuperável	-	-	96	109	-	-		109
	-	-	-	(96)	-	-		(96)
Cotas de fundos de investimentos	4.152.679	4.124.276	-	-	765.994	832.470		4.890.270
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos								
	12.949	12.949	-	-	-	-		12.949
Cotas de fundos de investimentos exclusivos	4.139.730	4.111.327	-	-	765.994	832.470		4.877.321
Certificados de depósito bancário								
Pós-fixado CDI	24.535	24.555	-	-	-	-	108,2% CDI	24.555
Depósito a prazo com garantia especial do FGC								
Pós-fixado CDI	30.787	30.787	-	-	-	-	114,34% CDI	30.787
Debêntures								
Pré-fixado	5.644	5.534	-	-	-	-	10,93% a.a	5.534
Pós-fixado CDI	146.202	145.772	-	-	-	-	105,2% CDI	145.772
Pós-fixado IPCA	67.189	59.846	-	-	-	-	IPCA +6,04% a.a	59.846
Letras financeiras	1.272.854	1.288.841	-	-	-	-	110,57% CDI	1.288.841
Letras financeiras do tesouro	1.224.213	1.224.192	-	-	-	-	SELIC	1.224.192
Letras do tesouro nacional								
Pré-fixado	174.520	167.350	-	-	-	-	15,07% a.a.	167.350
Títulos da dívida agrária	709	685	-	-	-	-	TR +10,63% a.a.	685
Notas do tesouro nacional								
Série F - pré-fixado	467.901	448.682	-	-	-	-	15,51% a.a.	448.682
Série B - pós-fixado IPCA	132.135	122.042	-	-	-	-	IPCA +6,29% a.a.	122.042
Série C - pós-fixado IGP-M	-	-	-	-	765.994	832.470	IGPM + 7,92% a.a.	765.994
Operações compromissadas	372.678	372.678	-	-	-	-	SELIC	372.678
Ações	143.734	143.734	-	-	-	-		143.734
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos								
	74.443	74.443	-	-	-	-		74.443
Contas a pagar de fundos, líquidas	2.186	2.186	-	-	-	-		2.186
TOTAL	4.208.321	4.179.901	353.370	330.260	1.174.954	1.256.446		5.685.115
Percentual total contábil	-	73,52%		5,81%	20,67%	-		- 100,00%
Outras aplicações	-	-	-	-	-	-		755
Total	-	-	-	-	-	-		- 5.685.870
Circulante	-	-	-	-	-	-		- 5.287.558
Não circulante	-	-	-	-	-	-		- 398.312

Descrição	Saldo em 31/12/2014	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2015
Provisão para perda em investimentos	39	—	—	39
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	59.540	6.707	(1.526)	64.721
Redução ao valor recuperável de créditos	8.849	5.455	(62)	14.242
Provisões indedutíveis	1.010	1.350	(1.235)	1.125
Participações nos lucros	179	225	(181)	223
Ajuste a valor de mercado	6.230	5.530	(2.553)	9.207
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	75.847	19.267	(5.557)	89.557
Prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social	46.722	—	(2.036)	44.686
Créditos tributários de PIS e COFINS sobre IBNR (a)	7.943	6.430	(5.803)	8.570
Total dos créditos tributários	130.512	25.697	(13.396)	142.813
Atualizações de depósitos judiciais (b)	(14.180)	(3.704)	—	(17.884)
Ajuste a valor de mercado	(4.579)	—	—	(4.579)
Total dos débitos tributários	(18.759)	(3.704)	—	(22.463)
Total dos créditos tributários líquido dos débitos tributários	111.753	21.993	(13.396)	120.350

(a) Refere-se a créditos tributários de Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) calculados sobre o saldo das provisões de sinistros a liquidar e de sinistros ocorridos mas não avisados. (b) Corresponde aos tributos diferidos (IRPJ e CSLL) que incidirão sobre atualização monetária de depósitos judiciais, caso seja obtido êxito no desfecho final dos processos judiciais em curso. Em 31/12/2015, os saldos acumulados de prejuízos fiscais e de bases negativas a compensar são formados como demonstrado a seguir:

Ano	Imposto de renda	Contribuição social
2004	—	17.827
2005	59.340	73.653
2011	35.408	31.850
Saldo a compensar	94.748	123.330

Em 31/12/2015, a expectativa de realização, por ano, dos créditos tributários de prejuízos fiscais e de bases negativas de contribuição social é apresentada conforme demonstrado a seguir:

Ano	Imposto de renda	Contribuição social
2016	17%	13%
2017	16%	12%
2018	19%	14%
2019	24%	19%
2020	24%	21%
2021 a 2022	0%	21%
	100%	100%

As realizações dos créditos tributários de diferenças temporárias relacionadas, principalmente, às provisões para ações judiciais e obrigações fiscais não estão apresentadas no quadro acima, pois dependem de decisão definitiva e da data de encerramento desses litígios. De qualquer forma, os orçamentos de resultados futuros aprovados pela Administração da Companhia, comportam integralmente a realização dos créditos tributários constituídos sobre as diferenças temporárias, com exceção dos valores apresentados nos quadros abaixo. As bases e os impostos não registrados contabilmente, em virtude de não haver expectativas de realização destes valores, estão demonstrados a seguir:

Descrição	Base	Ativo fiscal diferido não reconhecido
Diferenças temporárias - IRPJ	5.088	1.272
Diferenças temporárias - CSLL	5.088	763
Total	10.176	2.035

Majoração da CSLL: A Lei 13.169/2015 majorou a alíquota da CSLL de 15% para 20%. Os créditos tributários de CSLL que não possuem expectativas de realização até 31/12/2018 são os seguintes:

14. Provisões técnicas de seguros e previdência complementar:

14.1. Movimentação das provisões técnicas de seguros:

Danos		
Descrição	Provisão de sinistros a liquidar, sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR e de despesas relacionadas - PDR	Total
Saldo em 01/01/2014	2.158	
Pagamentos/ cancelamentos/ baixas	(107)	
Avisados / alterações	94	
Saldo em 31/12/2014 (a)	2.145	2.145
Circulante		2.145

Descrição	Provisão de sinistros a liquidar, sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR e de despesas relacionadas - PDR	Total
Saldo em 31/12/2014	2.145	
Pagamentos/ cancelamentos/ baixas	(15)	
Avisados / alterações	485	
Saldo em 31/12/2015 (a)	2.615	2.615
Total		2.615
Circulante		2.615

(a) Apesar da Companhia operar somente com seguros de pessoas e previdência, existem provisões técnicas classificadas na categoria “Danos” oriundas de operações de retrocessões aceitas.

Pessoas			
Descrição	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar, sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR e de despesas relacionadas- PDR	Total
Saldo em 01/01/2014	73.187	227.995	
Emissões	423.889	—	
Pagamentos/ cancelamentos/ baixas	(91.012)	(211.012)	
Prêmios ganhos	(346.377)	—	
Avisados / alterações	—	184.716	
Atualização monetária / juros	—	9.373	
Variação do IBNR	—	529	
Saldo em 31/12/2014	59.687	211.601	271.288
Outras provisões (a)			48.000
Total			319.288
Circulante			165.948
Não Circulante			153.340

Descrição	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar, sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR e de despesas relacionadas- PDR	Total
Saldo em 31/12/2014	59.687	211.601	
Emissões	417.653	—	
Pagamentos/ cancelamentos/ baixas	(78.926)	(225.708)	
Prêmios ganhos	(352.457)	—	
Avisados / alterações	—	208.204	
Atualização monetária / juros	—	16.822	
Variação do IBNR	—	305	
Saldo em 31/12/2015	45.957	211.224	257.181
Outras provisões (a)			47.105
Total			304.286
Circulante			161.268
Não Circulante			143.018

(a) O montante total está representado pela PCC, conforme nota 3.7.

Vida individual.

A PSL contempla sinistros em disputa judicial relacionados, principalmente, à negativa de coberturas fundamentada na ausência de enquadramento nas condições contratuais, que basicamente referem-se às cláusulas de “invalidez permanente total por doença” e “invalidez permanente total ou parcial por acidente”. Em 31/12/2015 e 2014, a posição de sinistros em disputa judicial é a seguinte:

2015						2014
Pessoas			Pessoas			
Quantidade	Valor de abertura	Valor provisionado	Quantidade	Valor de abertura	Valor provisionado	
Até 02 Anos	1.165	99.588	32.119	1.148	71.328	35.128
02 a 05 Anos	912	99.445	39.490	898	86.189	40.615
05 a 10 Anos	362	44.222	22.246	397	47.963	21.919
Mais de 10 Anos	138	31.497	15.733	135	22.406	11.933
Total	2.577	274.752	109.588	2.578	227.886	109.595

Em 31/12/2015, o valor em discussão dos sinistros em processos judiciais cíveis especiais, cuja probabilidade de perda é classificada como “possível” é de R\$23.840 (R\$9.075 em 2014), com resseguro de R\$2.713 (R\$4.856 em 2014), que representa um valor residual de R\$21.128 (R\$4.219 em 2014).

14.2. Movimentações das provisões técnicas de previdência complementar:

Descrição	Provisão matemática de benefícios a conceder	Provisão matemática de benefícios concedidos	Outras provisões técnicas	Provisão complementar de cobertura	Total
Saldo em 01/01/2014	2.492.660	364.606	92.076	22.906	
Constituições / (reversões)	223.248	8.385	(92.076)	245	
Portabilidade de entrada	98.946	—	—	—	
Portabilidade de saída	(208.205)	—	—	—	
Resgates	(125.387)	—	—	—	
Benefícios	—	(52.825)	—	—	
Atualização monetária / juros	223.718	33.843	—	—	
Transferências	(15.022)	15.022	—	—	
Saldo em 31/12/2014	2.689.958	369.031	—	23.151	3.082.140
Outras					10.383
Total					3.092.523
Circulante					729.277
Não circulante					2.363.246

Descrição	Provisão matemática de benefícios a conceder	Provisão matemática de benefícios concedidos	Provisão complementar de cobertura	Total
Saldo em 31/12/2014	2.689.958	369.031	23.151	3.482.376
Constituições/(reversões)	239.720	6.848	10.526	
Portabilidade de entrada	146.128	—	—	
Portabilidade de saída	(165.822)	—	—	
Resgates	(164.729)	—	—	
Benefícios	—	(58.209)	—	
Atualização monetária/juros	325.707	60.067	—	
Transferências	(25.728)	25.728	—	
Saldo em 31/12/2015	3.045.234	403.465	33.677	3.482.376
Outras				12.614
Total				3.494.990
Circulante				822.507
Não circulante				2.672.483

Descrição	Seguro direto e cosseguro cedido (738)	Cosse-guro aceito	Previdência	Total
RVNE	—	—	—	(738)
Saldo em 31/12/2015	39.980	2.810	9.374	52.164
Circulante				31.828
Não circulante				20.336

11. Contas a pagar: 11.1. Obrigações a pagar:

Descrição	2015	2014
Obrigações fiscais (vide nota 17.2)	50.513	44.597
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	—	4.250
Participações no lucro	2.526	2.241
Demais	4.867	4.531
Total	57.906	55.619
Circulante	7.394	11.022
Não Circulante	50.512	44.597

11.2. Impostos e contribuições:

Descrição	2015	2014
Imposto de renda (a)	—	12.845
Contribuição social (a)	—	4.810
Contribuições PIS e COFINS	1.143	3.737
Total	1.143	21.392
Circulante	1.143	21.392

(a) Redução da base de cálculo em 12/2015.

11.3. Outras contas a pagar:

Descrição	2015	2014
Fornecedores / compromissos mobiliários a pagar	5.788	5.573
Honorários advocatícios	61	61
Excedente técnico	—	1.460
Total	5.849	7.094
Circulante	5.787	7.032
Não circulante	62	62

12. Corretores de seguros e resseguros:

Descrição	2015	2014
Seguro direto e cosseguro aceito	11.403	12.142
Seguro direto e cosseguro aceito - RVNE	2.819	3.147
Total	14.222	15.289
Circulante	14.174	15.260
Não circulante	48	29

13. Depósitos de terceiros: Os depósitos de terceiros são representados basicamente por cobrança antecipada de prêmios e emolumentos recebidos. Sua distribuição por idade é apresentada a seguir:

Descrição	Prêmio direto	Cosseguro	2015 Total	Prêmio direto	Cosseguro	2014 Total
De 01 a 30 dias	2.190	—	2.190	3.344	—	3.344
De 31 a 60 dias	119	242	361	71	2	73
De 61 a 120 dias	182	6	188	383	206	589
De 121 a 180 dias	275	59	334	168	59	227
De 181 a 365 dias	75	438	513	61	864	925
Acima de 365 dias	140	3.562	3.702	28	3.544	3.572
Subtotal	2.981	4.307	7.288	4.055	4.675	8.730
Total			7.288			8.730

Descrição	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar e sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	Provisão matemática de benefícios a conceder	Total	
Saldo em 01/01/2014	17.664	35.263	14.932		
Emissões	87.912	—	—		
Pagamentos/ cancelamentos/ baixas	(17.176)	(183.679)	—		
Prêmios ganhos	(58.839)	—	—		
Avisados / alterações	—	173.012	78		
Atualização monetária / juros	—	1.175	—		
Variação do IBNR	—	(677)	—		
Saldo em 31/12/2014	29.561	25.094	15.010	69.665	
Outras provisões (a)				7.259	
Total				76.924	
Circulante				65.944	
Não Circulante				10.980	

Descrição	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar e sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	Provisão matemática de benefícios a conceder	Total	
Saldo em 31/12/2014	29.561	25.094	15.010		
Emissões	78.729	—	—		
Pagamentos/ cancelamentos/ baixas	(8.616)	(237.311)	—		
Prêmios ganhos	(64.541)	—	—		
Avisados / alterações	—	236.066	(73)		
Atualização monetária / juros	—	1.007	—		
Variação do IBNR	—	1.734	—		
Saldo em 31/12/2015	35.133	26.590	14.937	76.660	
Outras provisões (a)				5.460	
Total				82.120	
Circulante				72.613	
Não Circulante				9.507	

(a) O montante está substancialmente representado pela PCC, conforme nota 3.7.

Vida com cobertura de sobrevivência.

Descrição	Provisão de sinistros a liquidar, sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR e de despesas relacionadas - PDR	Provisão matemática de benefícios a conceder	Provisão matemática de benefícios concedidos	Total
Saldo em 01/01/2014	1.154	1.064.889	1.406	
Adições	—	353.982	—	
Pagamentos/ cancelamentos/ baixas	—	(179.866)	(472)	
Avisados / alterações	85	(1.160)	184	
Transferências	—	(166)	166	
Atualização monetária / juros	117	107.777	86	
Saldo em 31/12/2014	1.356	1.345.456	1.370	1.348.182
Outras provisões				47
Total				1.348.229
Circulante				270.158
Não Circulante				1.078.071

Descrição	Provisão de sinistros a liquidar, sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR e de despesas relacionadas - PDR	Provisão matemática de benefícios a conceder	Provisão matemática de benefícios concedidos	Total
Saldo em 31/12/2014	1.356	1.345.456	1.370	
Adições	—	417.936	—	
Pagamentos/ cancelamentos/ baixas	—	(235.931)	(711)	
Avisados / alterações	(106)	(1.054)	(33)	
Transferências	—	(738)	738	
Atualização monetária / juros	219	190.390	159	
Saldo em 31/12/2015	1.469	1.716.059	1.523	1.719.051
Outras provisões				23
Total				1.719.074
Circulante				343.

Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. CNPJ 01.704.513/0001-46				
continuação				
Descrição	2015 Imposto de renda	2015 Contri- buição social	2014 Imposto de renda	2014 Contri- buição social
Lucro líquido antes da provisão para imposto de renda e de contribuição social e participações	22.711	22.711	144.685	144.685
Despesas/receitas de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(5.678)	(4.542)	(36.171)	(21.703)
Diferencial da alíquota da contribuição social	—	1.113	—	—
Correntes:				
Adições:				
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(3.161)	(2.529)	(3.899)	(2.339)
Provisão para redução ao valor recuperável de créditos	(2.887)	(2.309)	(1.309)	(785)
Despesas indedutíveis	(305)	(215)	(265)	(105)
Provisões não dedutíveis	(166)	(133)	—	—
Outras	(119)	(156)	—	(39)
Subtotal	(6.638)	(5.342)	(5.473)	(3.268)
Exclusões:				
Atualização de depósitos judiciais	2.315	1.852	1.737	1.042
Encargos sobre participações nos lucros	—	—	469	281
Reversão da provisão sobre participações nos lucros	613	491	—	—

Conselho de Administração: Presidente - Patrick Antonio Claude de Larragoiti Lucas; Conselheiros: Gabriel Portella Fagundes Filho; Carlos Infante Santos de Castro. Diretoria: Presidente: Gabriel Portella Fagundes Filho. Diretores Vice-Presidentes: Arthur Farme d'Amoed Neto; Carlos Alberto de Figueiredo Trindade Filho; Marco Antonio Antunes da Silva; Matias Antonio Romano de Ávila; Marcelo Pimentel Mello; Diretores: André Luiz Lauzana dos Santos; Cristiano Donisete Barbieri; Emil Andery; Enio Tetsuo Fukai; Fabiano Lima; Gabriel Antoine de Ségur de Charbonnieres; Gilson Bochernitsan; José Fernando Conforto; Laenio Pereira dos Santos; Leila Ribeiro de Azevedo e Gregorio; Luciano Macedo de Lima; Marco Antonio Neves; Renato Roberto; Reinaldo Amorim Lopes; Ricardo Bottas Dourado dos Santos; Solange Zaquem Thompson Motta. Contador: Mauro Reis d'Almeida - CRC RJ 066.620/O-7 Atuário: Gláucia Maria Ribeiro de Carvalho - MIBA/ MTPS/963
Parecer dos atuários independentes

Aos Acionistas e Administradores da Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. Rio de Janeiro - RJ. **Escopo da Auditoria:** Examinamos as provisões técnicas, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência, descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. ("Companhia"), e dos limites de retenção descritos no Anexo deste relatório da Companhia, em 31 de dezembro de 2015, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração é responsável pelas provisões técnicas e pelos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência, descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia, e pelo demonstrativo dos limites de retenção, descritos no Anexo deste relatório, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e as normas da SUSEP e do CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas, e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia e dos limites de retenção descritos no Anexo deste relatório com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo IBA. Esses princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia e dos limites

de retenção descritos no Anexo deste relatório estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião sobre as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e, ainda, apresentar uma situação patrimonial e expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia e dos limites de retenção descritos no Anexo deste relatório. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e a elaboração das provisões técnicas e dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia e dos limites de retenção descritos no Anexo deste relatório para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Companhia. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas, e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia e dos limites de retenção descritos no Anexo deste relatório anteriormente referidos da Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2015 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e as normas da SUSEP e do CNSP. **Outros assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação

de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos certas divergências na correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos quadros estatísticos. Todavia, essas divergências não trouxeram distorção na apuração dos referidos itens e, assim, não impactaram nossa opinião descrita anteriormente. São Paulo, 23 de fevereiro de 2016. DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Consultores Ltda. CNPJ 02.189.924/0001-03 - CIBA 45. João Batista da Costa Pinto - MIBA 944. **Demonstrativos do Parecer Atuarial**

1. Demonstrativo dos limites de retenção	31/12/2015	31/12/2014
Ramo 0929	1.558.241	1.558.241
Ramo 0969	1.558.241	1.558.241
Ramo 0977	1.558.241	1.558.241
Ramo 0982	1.558.241	1.558.241
Ramo 0984	1.558.241	1.558.241
Ramo 0990	570.000	570.000
Ramo 0993	1.558.241	1.558.241
Ramo 1329	1.558.241	1.558.241
Ramo 1369	1.558.241	1.558.241
Ramo 1377	1.558.241	1.558.241
Ramo 1381	1.558.241	1.558.241
Ramo 1384	1.558.241	1.558.241
Ramo 1390	570.000	570.000
Ramo 1391	1.558.241	1.558.241

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2015		
1. O Comitê de Auditoria da Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. ("Companhia") ("Comitê") no âmbito de suas atribuições, relativamente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, até a presente data: <ul style="list-style-type: none">• Reuniu-se com os responsáveis pelas auditorias contábeis independente e interna, bem como com os representantes da administração da Companhia, para, entre outras atribuições, verificar o cumprimento das recomendações do Comitê;• Verificou que as auditorias contábeis independente e interna e o sistema de controles internos da Companhia atendem às necessidades da	Companhia, não tendo identificado deficiências relevantes que colocassem em risco a efetividade de tais auditorias e do sistema de controles internos da Companhia; • Com base nas informações das auditorias contábeis independente e interna, não identificou falhas no cumprimento da legislação aplicável, da regulamentação e das normas internas da Companhia que pudessem colocar em risco a continuidade do negócio; e	à observância das práticas contábeis adotadas no Brasil e da legislação aplicável e aptas para publicação ou arquivamento junto à SUSEP. 2. O Comitê não identificou a existência ou evidência de erros ou fraudes de que trata o art. 144 da Resolução CNSP nº 321/2015. 3. O Comitê verificou o atendimento ao disposto no § 4º do art. 14 da Resolução CNSP nº 168/2007 e não identificou o descumprimento de dispositivos legais e regulamentares. Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2016. Renato Eyng - Presidente; Carlos Infante Santos de Castro - Membro; Domingos Carelli Neto - Membro.
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras		
Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. Rio de Janeiro - RJ. Examinamos as demonstrações financeiras da Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras: A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Responsabilidade dos Auditores Independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de	auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Opinião: Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes referentes às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Os valores correspondentes, referentes às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentados para fins de comparação, ora reapresentados em decorrência dos assuntos descritos na nota explicativa 2.2, foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório, sem qualquer modificação, datado de 23 de fevereiro de 2016.	
Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2016	DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ	Roberto Paulo Kenedi Contador CRC 1RJ 081.401/O-5



Câmara deixa para março votação de projeto sobre refinanciamento de dívidas

Mudança pode impactar mais de 200 contratos e dar fôlego aos caixas dos estados

Carolina Gonçalves - ABR

A Câmara dos Deputados adiou a votação do projeto de decreto legislativo que anula decreto do governo, que trata de mudanças no cálculo do refinanciamento de dívidas de estados e municípios com a União. O projeto de decreto (PDC 315/16), que pede a anulação do decreto do governo (8.616), era o primeiro item a ser votado na pauta de ontem da Câmara. Agora, a matéria será incluída, segundo o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), na pauta da sessão extraordinária da Casa, marcada para a próxima terça-feira (1º). O projeto é de autoria do deputado Esperidião Amin (PP-SC). O decreto do governo foi editado no fim de 2015 e prevê novos indexadores para o cálculo. Na ocasião, o Palácio

do Planalto informou que a mudança iria impactar em mais de 200 contratos e poderia garantir fôlego aos caixas dos estados e municípios, pois poderia reduzir futuros pagamentos. De acordo com o governo, seria concedido desconto sobre os saldos devidos dos contratos de refinanciamento de dívidas, a partir da diferença entre os saldos existentes em 1º de janeiro de 2013 e o apurado na data da negociação, considerando a variação acumulada da taxa Selic, calculada desde a data de assinatura dos contratos. Apesar de o Ministério da Fazenda garantir que a medida não afetaria a situação dos municípios, estados e do Distrito federal, Esperidião Amin disse que a nova metodologia aumenta o valor do refinanciamento. “É nociva ao pacto federativo e ilegalmente revogadora da Lei Comple-

mentar nº 148, de 2014 [legislação que trata do refinanciamento]. Em muitos casos, estados e municípios, que desde 1998 vêm cumprindo o compromisso de pagar valores corrigidos desse débito, desembolsaram montante que chega a quase quatro vezes o valor inicial da dívida”, acrescentou. Ao iniciar as discussões de ontem, o presidente da Câmara afirmou que havia um acordo entre líderes partidários para que a votação do projeto fosse concluída ontem. Já o líder do governo, deputado José Guimarães (PT-CE), disse que a base aliada só votaria a matéria se o plenário também analisasse a Medida Provisória 694/15, que reduz benefícios fiscais a diversos setores. A MP, prorrogada até o dia 8 de março, é uma estratégia do governo federal para aumentar a arrecadação deste ano.

A declaração de Guimarães provocou reações de partidos da oposição e de Cunha. “Daqui para frente, deputado José Guimarães, acordos com Vossa Excelência, só no microfone. Acabou a confiabilidade para acordos que não sejam públicos”, disse Eduardo Cunha. Guimarães rebateu e afirmou que o acordo entre os líderes era para a não obstrução, mas não tratava sobre o mérito do projeto. “Tenho honrado todos os meus compromissos”, afirmou. Segundo Eduardo Cunha, a decisão da base aliada, de não apreciar o projeto de decreto legislativo, ameaça a votação de medidas provisórias que estão na fila, como a MP 693, que prevê isenção de tributos para empresas que irão fornecer energia durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 e concede porte

de arma de fogo aos auditores e analistas tributários da Receita Federal. A MP ainda não entrou na pauta de votações da Casa. Na Câmara, há um acerto de não apreciar uma proposta se o prazo para o fim da validade for inferior a 15 dias. “Praticamente as duas medidas provisórias [MP 693 e MP 694] vão ser derrubadas”, disse o presidente da Câmara. Sobre o futuro das MPs, o líder do governo Guimarães afirmou que há tempo para a apreciação. “A MP tranca a pauta. Vamos votar na terça ou quarta. Tem até 8 de março [validade da MP 694] para buscar entendimento e votar aqui e no Senado”, afirmou. Questionado sobre o projeto de lei que acaba com a participação obrigatória da Petrobras na exploração dos campos de pré-sal, aprovado ontem (24) pelo Senado, Guimarães

disse que ter sido um erro. “[O projeto] é um erro e foi uma derrota importante para Petrobras. Fazer qualquer discussão que gere instabilidade na Petrobras não é o melhor caminho. Vamos discutir a matéria quando chegar à Câmara”, afirmou Guimarães. O texto aprovado pelos senadores ainda será enviado para a Câmara. Pela proposta, a Petrobras terá a prerrogativa de escolher se quer ser operadora do campo ou se prefere se abster da exploração mínima de 30% a que a lei a obriga atualmente. “Há projetos sobre o mesmo tema na Câmara. Vamos sempre dar preferência para o projeto da Casa. O que veio de lá não sei se vai ter ou não apoio, mas, pelo que li, achei o texto muito ruim. Pior do que está tramitando na Casa”, avaliou Eduardo Cunha.